Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
Ferreira Gomes - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6, 11 e 12 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$1.090.143 mil e R$11.589 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o objetivo de avaliar se existiam indicadores internos ou externos que poderiam indicar fatores de desvalorização dos ativos da Companhia, efetuamos a comparação da razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa projetadas neste exercício pela Companhia, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado, com as premissas do fluxo de caixa projetadas no ano anterior pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$83.810 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros, bem como efetuamos a comparação da razoabilidade dos dados e das premissas utilizadas nas

projeções neste exercício , tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia com as premissas projetadas no ano anterior pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como os mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 ‘F’ SP



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.832	62.653
Concessionárias	5	21.596	27.741
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	3.861	3.182
Outros tributos compensáveis	6	10.927	20.404
Cauções e depósitos vinculados	9	20.449	550
Outros créditos	10	4.224	4.145
Total do Ativo Circulante		165.889	118.675
Não circulante			
Tributos diferidos	7	83.810	81.392
Cauções e depósitos vinculados	9	45.250	53.605
Outros créditos	10	452	940
		129.512	135.937
Imobilizado	11	1.090.143	1.129.668
Intangível	12	11.589	11.699
		1.101.732	1.141.367
Total do Ativo Não circulante		1.231.244	1.277.304
TOTAL DO ATIVO		**1.397.133**	**1.395.979**

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	11.778	11.160
Outros tributos a recolher	6	393	1.885
Debêntures	14	40.300	26.954
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	33.644	28.410
Uso do bem público	16	1.141	1.053
Provisões	17	1.812	2.259
Outras contas a pagar	10	2.080	2.274
Total do Passivo Circulante		91.148	73.995
Não circulante			
Tributos diferidos	7	6	2
Debêntures	14	162.813	190.617
Empréstimos e financiamentos	15	544.308	531.649
Uso do bem público	16	13.164	12.631
Provisões	17	25.274	19.402
Outras contas a pagar	10	717	249
Total do Passivo Não circulante		746.282	754.550
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(168.897)	(161.166)
Total do Patrimônio líquido		559.703	567.434
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.397.133**	**1.395.979**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
Receitas	19	163.746	164.885
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(43.544)	(46.518)
Custo de operação		(59.399)	(53.745)
		(102.943)	(100.263)
Lucro bruto		60.803	64.622
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(3.836)	(3.972)
Outras despesas e receitas operacionais		13	120
		(3.823)	(3.852)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		56.980	60.770
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		18.294	6.586
Despesas financeiras		(85.286)	(81.916)
		(66.992)	(75.330)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(10.012)	(14.560)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(137)	(1.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.418	4.805
		2.281	3.404
Prejuízo do exercício		**(7.731)**	**(11.156)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01062)	(0,01532)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(7.731)	(11.156)
Resultado abrangente do exercício	**(7.731)**	**(11.156)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**728.600**	**(150.010)**	**578.590**
Prejuízo do exercício		(11.156)	(11.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**728.600**	**(161.166)**	**567.434**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**728.600**	**(161.166)**	**567.434**
Prejuízo do exercício		(7.731)	(7.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**728.600**	**(168.897)**	**559.703**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(10.012)	(14.560)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		43.742	45.938
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		77.405	76.260
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.743	2.103
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		8.623	3.156
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		224	397
Direito de concessão - GSF			(1.875)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(7.877)	(2.592)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(204)	(1.664)
Outros		750	419
		114.394	107.582
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		6.145	(9.095)
Imposto de renda e contribuição social a compensar			1.331
Outros tributos compensáveis		(9.600)	(17.712)
Cauções e depósitos vinculados		48	10.369
Outros ativos operacionais		409	(2.427)
		(2.998)	(17.534)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		618	(6.715)
Outros tributos a recolher		17.994	17.759
Provisões		(1.736)	(3.109)
Uso do bem público		(1.122)	(1.021)
Outros passivos operacionais		(472)	(1.109)
		15.282	5.805
Caixa proveniente das atividades operacionais		126.678	95.853
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.021)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		125.657	95.853
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(5.793)	(2.165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.793)	(2.165)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		(3.715)	(19.591)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		2.600	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(37.823)	(36.720)
Pagamentos de encargos de dívidas		(38.747)	(50.396)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	(77.685)	(106.707)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**42.179**	**(13.019)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		104.832	62.653
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.653	75.672
		42.179	**(13.019)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Geração do valor adicionado	191.939	192.475
Receita operacional	187.832	186.379
Receita relativa à construção de ativos próprios	4.107	5.946
Outras receitas		150
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(67.516)	(71.341)
Custos da energia comprada	(28.323)	(35.927)
Encargos de uso da rede elétrica	(19.650)	(17.387)
Materiais	(2.281)	(3.145)
Serviços de terceiros	(12.815)	(11.744)
Outros custos operacionais	(4.447)	(3.138)
Valor adicionado bruto	124.423	121.134
Retenções		
Depreciações e amortizações	(43.674)	(45.938)
Valor adicionado líquido produzido	80.749	75.196
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.202	6.908
Valor adicionado total a distribuir	**99.951**	**82.104**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.726	3.259
Benefícios	1.004	826
FGTS	265	252
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17.094	6.629
Estaduais	307	292
Municipais		86
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	85.286	81.916
	107.682	93.260
Prejuízo do exercício	(7.731)	(11.156)
	99.951	**82.104**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

				Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	**Estado**	**Modalidade**	**Outorga**	**(MW)**	**(MWm)**	**Início**	**Término**
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	129,70	29/05/2013	19/08/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 129,7MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o preço atualizado do contrato é de R$162,26 por MWh.

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R$1.175, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente remanescente da obrigação é de R$14.305 (R$13.684 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com o teste de imparidade da avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronuncia-mento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronuncia-mento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), *Amendments to* IFRS 17 (2020) e *Initial Application of* IFRS 17 e IFRS 9 - *Comparative Information* (2021).	IAS 36/ IAS7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Liberação de recurso

Durante o exercício de 2022 a Companhia obteve a seguinte captação de recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	Subcrédito para investimento social
			2.600		

3.2 Resolução Autorizativa - extensão do prazo de outorga

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 82 dias no prazo da outorga da UHE Cachoeira Caldeirão.

3.3 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	*Status*
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1° de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 129,7MW para 123,3MW.

3.4 Medida de Assistência Governamental adotadas desde o início da pandemia, com impactos no exercício de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Abaixo uma medida adotada com efeitos no exercício de 2022:

Publicação	Descrição	*Status*
Standstill - Medida emergencial BNDES	O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *standstill*.	Em 30 de novembro de 2021, foi concedida autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da Companhia, no período de dezembro de 2021 até junho de 2022 (Nota 21.2).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	11.445	4.447
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	93.387	58.206
	93.387	58.206
Total	104.832	62.653

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,00% e 102,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		21.596	22.431
Energia de curto prazo	5.1		5.310
		21.596	27.741

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorrem, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R$58/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R$257/MWh (Submercado SE/CO) em dezembro de 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, com baixas nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio. Adicionalmente, os montantes de venda de energia no MCP foram liquidados em dezembro de 2022.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Compensação de tributos	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.182		204	(1.741)	1.021	1.195	3.861
Total Circulante	3.182	-	204	(1.741)	1.021	1.195	3.861
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	19.805	7.285				(17.744)	9.346
IRRF sobre aplicações financeiras	542	2.315				(1.333)	1.524
Outros	57						57
Total Circulante	20.404	9.600	-	-	-	(19.077)	10.927
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	137				(137)	-
Total Circulante	-	137	-	-	-	(137)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	32	168			(194)		6
PIS e COFINS	1.369	17.745		(1.369)		(17.745)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	199	677			(762)		114
Encargos com pessoal	285	1.171		(289)	(894)		273
Total Circulante	1.885	19.761	-	(1.658)	(1.850)	(17.745)	393

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS				6	2
Imposto de renda e contribuição social	7.1	83.810	81.392		
Total		83.810	81.392	6	2

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Prejuízos Fiscais	57.407	42.628			14.779	554
Base Negativa da Contribuição Social	20.666	15.346			5.320	199
	78.073	57.974	-	-	20.099	753
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.952	5.717			2.235	779
Gastos Pré-operacionais		(16)			16	(702)
Uso do bem público - CPC 25	10.391	2.098	7.993		300	473
Direito de concessão - GSF			606	638	32	(638)
Licenças ambientais	1.030	16.037	5.221		(20.228)	4.143
Outras	229	220	45		(36)	(3)
Total diferenças temporárias	19.602	24.056	13.865	638	(17.681)	4.052
Total bruto	97.675	82.030	13.865	638	2.418	4.805
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(13.865)	(638)	(13.865)	(638)		
Total	83.810	81.392	-	-		

7.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2029	A partir de 2030	Total Não circulante
2.912	3.655	4.441	5.255	6.130	3.447	71.835	97.675

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

				Ativo	Passivo				Receitas (Despesas)	
				Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacional	
	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)										
Contrato Prestação de Serviços (a)										
EDP Trading	Controle Comum		01/10/2019 até 30/06/2022					45	(246)	(536)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2019 até 31/12/2022	259			4	203		(528)
				259	-	-	4	248	(246)	(1.064)
Fornecedores (Nota 13)										
Suprimento de energia elétrica										
Energest (***)	Controle Comum	161,92	01/01/2017 até 31/12/2046		494	449			(5.815)	(5.284)
EDP Trading	Controle Comum		01/04/2022 até 30/04/2022						(1.235)	
Contrato Prestação de Serviços										
EDP Goiás (**)	Controle Comum		01/06/2022 até 30/06/2023		348				(348)	
Encargos de uso de rede										
Horizon Transmissão ES (*)	Controle Comum		09/02/2019 até 31/12/2048			1				(10)
Horizon Transmissão MA I (*)	Controle Comum		04/01/2020 até 31/12/2048			4				(29)
Horizon Transmissão MA II (*)	Controle Comum		04/01/2020 até 31/12/2048			2				(17)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		28/11/2014 até 31/12/2048						(2)	
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		30/07/2021 até 31/12/2048		12	3			(125)	(20)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		30/07/2021 até 31/12/2048						(10)	(1)
EDP Goiás (**)	Controle Comum		14/06/2021 até 11/08/2047		7				(73)	
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		14/06/2021 até 11/08/2047		15				(133)	
				-	876	459	-	-	(7.741)	(5.361)
				259	876	459	4	248	(7.987)	(6.425)

(*) A Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Prestação de Serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1° de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1° de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

As partes celebram o primeiro termo aditivo com vigência de 6 meses, a partir de 1° de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022. O valor total dos serviços contratados é de R$294, a serem pagos em parcelas mensais de R$49, atualizado pelo IPCA para o período.

Em 01 de junho de 2022 foi firmado o contrato com a EDP Goiás referente à prestação dos serviços anteriormente realizados pela EDP Trading, com início a partir de 01 de junho de 2022 até 30 de junho de 2023. O valor total dos serviços contratados é de R$597, a serem pagos em parcelas mensais de R$50, atualizado pelo IPCA para o período. O referido contrato foi submetido à anuência prévia da ANEEL.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 30 de junho de 2023.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item (b) ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais		1.050	4	87	(52)	1.089
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.1	53.105	91.193	7.790	(87.478)	64.610
		54.155	91.197	7.877	(87.530)	65.699
Circulante		550				20.449
Não circulante		53.605				45.250

9.1 Cauções vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$17.086 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R$27.140 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (iii) R$20.384 corresponde a uma caução dada como garantia judicial com vencimento para 29 de março de 2023.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se substancialmente à reposição dos saldos de debêntures das contas vinculadas.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		28	2		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8				259
Despesas pagas antecipadamente	10.1	1.718	993	452	681
Estoques		2.478	1.879		
Outros			1.271		
Total		4.224	4.145	452	940
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			3	248
Folha de pagamento		132	67		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.2	847	673		
Encargos setoriais	10.3	1.101	1.534	714	
Outros					1
Total		2.080	2.274	717	249

10.1 Despesas pagas antecipadamente

O aumento refere-se substancialmente ao ingresso de contrato de seguro de risco operacional em junho de 2022 pago antecipadamente pela Companhia, sendo amortizado pelo prazo de 18 meses.

10.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.3 Encargos setoriais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de encargos setoriais de R$1.815 (R$1.534 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.3.1	811	1.613	101	(1.403)	1.122
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	19	663	5.987		(6.205)	445
Outros encargos		60	748		(560)	248
Total		1.534	8.348	101	(8.168)	1.815
Circulante		1.534				1.101
Não circulante		-				714

10.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, 30% serão atribuído à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores à entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

11.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	88.046	(18.557)	69.489	3,12	86.328	(15.157)	71.171
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	418.715	(85.194)	333.521	3,09	405.028	(70.844)	334.184
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	321.587	(67.581)	254.006	3,16	320.933	(57.352)	263.581
Máquinas e equipamentos	3,28	538.148	(115.810)	422.338	3,28	560.094	(101.534)	458.560
Veículos	14,29	1.368	(1.088)	280	14,29	1.369	(944)	425
Móveis e utensílios	6,25	409	(134)	275	6,25	409	(108)	301
		1.368.273	(288.364)	1.079.909		1.374.161	(245.939)	1.128.222
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	230	(27)	203	3,33	230	(19)	211
Máquinas e equipamentos	14,81	2.549	(394)	2.155	14,81	256	(89)	167
Veículos	14,29	675	(189)	486	14,29	674	(91)	583
Móveis e utensílios	6,25	79	(15)	64	6,25	79	(11)	68
		3.533	(625)	2.908		1.239	(210)	1.029
Total do Imobilizado em serviço		1.371.806	(288.989)	1.082.817		1.375.400	(246.149)	1.129.251
Imobilizado em curso								
Geração		6.789		6.789		396		396
Administração		537		537		21		21
Total do Imobilizado em curso		7.326	-	7.326		417	-	417
Total Imobilizado		1.379.132	(288.989)	1.090.143		1.375.817	(246.149)	1.129.668

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia-ções	Reclassifica-ção	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	71.171		1.718	(3.400)		69.489
Reservatórios, barragens e adutoras	334.184		13.687	(14.350)		333.521
Edificações, obras civis e benfeitorias	263.792		654	(10.237)		254.209
Máquinas e equipamentos	458.727		(19.653)	(14.581)		424.493
Veículos	1.008			(242)		766
Móveis e utensílios	369			(30)		339
Total do Imobilizado em serviço	1.129.251	-	(3.594)	(42.840)	-	1.082.817
Imobilizado em curso						
Terrenos	-	1.712	(1.718)			(6)
Reservatórios, barragens e adutoras	-		(228)		228	-
Máquinas e equipamentos	21	1.021	5.837			6.879
A ratear	-	303	(297)		3	9
Outros	396	51			(3)	444
Total do Imobilizado em curso	417	3.087	3.594	-	228	7.326
Total do Imobilizado	1.129.668	3.087	-	(42.840)	228	1.090.143

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	192	(153)	39	20,00	192	(115)	77
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	10.774	(9.441)	1.333	17,61	10.774	(8.984)	1.790
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP GSF (Nota 12.2.1)	2,85	10.020	(2.768)	7.252	2,85	10.020	(2.483)	7.537
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	3,72	1.875	(93)	1.782	3,72	1.875	(23)	1.852
		22.861	(12.455)	10.406		22.861	(11.605)	11.256
Administração								
Software	20,00	500	(338)	162	20,00	330	(285)	45
		500	(338)	162		330	(285)	45
Total do Intangível em Serviço		23.361	(12.793)	10.568		23.191	(11.890)	11.301
Intangível em curso								
Geração		808		808		228		228
Administração		213		213		170		170
Total do Intangível em Curso		1.021	-	1.021		398	-	398
Total do Intangível		24.382	(12.793)	11.589		23.589	(11.890)	11.699

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortiza-ções	Reclassifica-ção	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço							
Software		122		169	(90)		201
Direito de concessão - Licenças ambientais		1.790			(457)		1.333
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	7.537			(285)		7.252
Direito de concessão - GSF	12.2.2	1.852			(70)		1.782
Total do Intangível em serviço		11.301	-	169	(902)	-	10.568
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		398	1.020	(169)		(228)	1.021
Total do Intangível em curso		398	1.020	(169)	-	(228)	1.021
Total do Intangível		11.699	1.020	-	(902)	(228)	11.589

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 2,7 meses na concessão da Companhia. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	2.899	2.343
Encargos de uso da rede elétrica	2.019	1.796
Operações CCEE	1.037	20
Materiais e serviços	5.823	7.001
Total	11.778	11.160

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2022				31/12/2021			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	1.388	38.971	163.001	203.360	1.556	25.465	190.864	217.885
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(59)	(188)	(247)		(67)	(247)	(314)
Total											1.388	38.912	162.813	203.113	1.556	25.398	190.617	217.571

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$203.360 em 31 de dezembro de 2022 (R$217.885 em 31 de dezembro de 2021).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisiona-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Principal	25.465	(26.744)		27.863		12.387	38.971
Juros	1.556	(15.923)	15.755				1.388
Custo de transação	(67)			(59)	67		(59)
	26.954	(42.667)	15.755	27.804	67	12.387	40.300
Não circulante							
Principal	190.864			(27.863)			163.001
Custo de transação	(247)			59			(188)
	190.617	-	-	(27.804)	-	-	162.813

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2023	40.300
	40.300
Não circulante	
2024	17.170
2025	17.170
2026	19.078
2027	15.262
2027 até 2030	94.133
	162.813
Total	203.113

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										31/12/2022				31/12/2021			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	504.100	25/11/2014	485.486	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	5.006	28.859	545.896	579.761	4.785	23.858	533.458	562.101
(-) BNDES - Custos de Transação			(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(221)	(1.588)	(1.809)		(233)	(1.809)	(2.042)
Total										5.006	28.638	544.308	577.952	4.785	23.625	531.649	560.059

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$579.761 em 31 de dezembro de 2022 (R$562.101 em 31 de dezembro de 2021).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Pagamentos	Juros provisio-nados	Juros integraliza-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante									
Principal	23.858		(11.079)			15.940		140	28.859
Juros	4.785		(22.824)	45.248	(22.203)				5.006
Custo de Transação	(233)					(221)	233		(221)
	28.410	-	(33.903)	45.248	(22.203)	15.719	233	140	33.644
Não circulante									
Principal	533.458	2.600			22.203	(15.940)		3.575	545.896
Custo de Transação	(1.809)					221			(1.588)
	531.649	2.600	-	-	22.203	(15.719)	-	3.575	544.308

15.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2023	33.644
	33.644
Não circulante	
2024	23.878
2025	25.714
2026 até 2030	160.471
2031 até 2035	232.124
2036 até 2041	102.121
	544.308
Total	577.952

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja, em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên-cias	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Uso do bem público	1.053	(2)	40	(1.122)	1.172	1.141
	1.053	(2)	40	(1.122)	1.172	1.141
Não circulante						
Uso do bem público	12.631	55	1.650		(1.172)	13.164
	12.631	55	1.650	-	(1.172)	13.164

17 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1			24.056	17.495
Licenças ambientais	17.2	1.812	2.259	1.218	1.907
Total		1.812	2.259	25.274	19.402

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo				Ativo			
								Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	17.1.1.1	16.815	1.722	(376)	(10)	5.238	23.389	1.088	1.050
Outros		680			(13)		667		
Total Não circulante		17.495	1.722	(376)	(23)	5.238	24.056	1.088	1.050

17.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas as ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

				Ativo
				Depósito judicial
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Trabalhistas			19	
Cíveis		9.336	7.941	1
Fiscais	17.1.2.1	16.304	12.884	
Total		25.640	20.844	1

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R$56.755 (R$12.059 em 31 de dezembro de 2021).

17.1.2.1 Fiscais

Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R$14.074 em 31 de dezembro de 2022 (R$10.791 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

17.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R$3.030 (R$4.166 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação – LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 17 de dezembro de 2021. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá, tendo portando considerado que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo máximo da última licença obtida, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R$1.360 (R$2.236 em 2021). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	2.259	(1.360)	848	65	1.812
Não circulante	1.907		(848)	159	1.218
Total	4.166	(1.360)	-	224	3.030

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh		R$	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	19.1	1.136.172	1.193.580	184.355	180.365
Energia de curto prazo	19.2	16.261		3.477	6.014
Receita operacional bruta		1.152.433	1.193.580	187.832	186.379
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(15.738)	(13.457)
				(15.738)	(13.457)
P&D	10.3.1			(1.613)	(1.442)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	10.3			(5.987)	(5.872)
Taxa de fiscalização				(748)	(723)
		-	-	(8.348)	(8.037)
		-	-	(24.086)	(21.494)
Receitas		1.152.433	1.193.580	163.746	164.885

19.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da diminuição do volume de energia vendida comparada ao mesmo período do ano anterior, porém valorada a um preço médio maior devido ao reajuste dos contratos, tendo como consequência, aumento do valor.

19.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R$280/MWh (Submercado SE/CO) no mesmo período de 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2022					2021				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	25.611				25.611	32.510				32.510
Encargos de uso da rede elétrica		17.832				17.832	15.779				15.779
Direito de Concessão - GSF	1.1						(1.875)				(1.875)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		5.152	693		5.845		4.503	524		5.027
Material			1.120	85		1.205		1.156	186		1.342
Serviços de terceiros	20.3		8.835	1.358		10.193		1.372	1.474		2.846
Depreciação - Imobilizado em serviço			42.773			42.773		43.959	31		43.990
Amortização			871	31		902		1.929	19		1.948
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					(13)	(13)				30	30
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens										(150)	(150)
Outras		101	648	1.669		2.418	104	826	1.738		2.668
Total		43.544	59.399	3.836	(13)	106.766	46.518	53.745	3.972	(120)	104.115

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	22.531	34.126
Energia de curto prazo	20.1.1	9.155	78.801
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER	20.1.2	(3.499)	(68.868)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.609)	(3.314)
Outros		33	(8.235)
Total		25.611	32.510

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade e Energia de curto prazo

A variação no exercício de 2022 deve-se substancialmente à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, quando comparado ao período de 2021, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos dos que vêm ocorrendo em 2022 que alcançou média de R$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R$279,61/MWh (Submercado SE/CO) no mesmo período de 2021.

20.1.2 Ressarcimento CCEE/ CONER

A diminuição no exercício refere-se, substancialmente, à proteção da repactuação do risco hidrológico ter sido mais efetiva em 2021, quando comparado a 2022. Adicionalmente, os maiores valores de PLD em 2021 devido à crise hidrológica também impactaram no maior recebimento de ressarcimentos devido à repactuação neste ano quando comparado a 2022.

20.2 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	3.364	2.759
Encargos	1.162	954
Previdência privada - Corrente	107	100
Despesas rescisórias	19	202
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	281	266
Outros benefícios - Corrente	892	721
Outros	2	
	5.827	5.002
Administradores		
Honorários e encargos	14	21
Benefícios dos administradores	4	4
	18	25
	5.845	5.027

20.3 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	843	1.420
Serviços de manutenção	7.870	6.119
Serviços de limpeza e vigilância	438	394
Serviços ambientais	580	134
Serviços de informática	626	268
Serviços de publicação e publicidade	130	81
Serviços de telecomunicações	40	47
Serviços de transporte	315	212
(-) Crédito de PIS/COFINS	(1.166)	(6.036)
Outros	517	207
	10.193	2.846

21 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	18.644	4.393
Energia vendida		195	689
Depósitos judiciais	9	87	157
Juros e multa sobre tributos	6	204	1.664
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(908)	(322)
Outras receitas financeiras		72	5
		18.294	6.586
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2 e 21.2	(49.196)	(37.922)
Debêntures	14	(28.209)	(38.338)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(5.238)	(2.691)
Uso do bem público	21.1	(1.743)	(2.103)
Outros juros e variações monetárias	17.2	(224)	(397)
Outras despesas financeiras		(676)	(465)
		(85.286)	(81.916)
Total		(66.992)	(75.330)

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IPCA, que foi de 5,79% no acumulado em 2022 (9,95% em 2021).

21.2 *Standstill* - Financiamento BNDES

Conforme mencionado na nota 3.4, o *standstill* obtido pela Companhia reflete a não amortização do principal pelo referido período e a capitalização destes juros ao montante total da dívida, gerando assim o recálculo das parcelas futuras com reclassificação de parte da dívida do Circulante para Não circulante. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de juros capitalizados foi de R$22.203.

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(10.012)	(14.560)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	3.404	4.950
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(54)	(73)
Perdas indedutíveis		(73)
Outros		
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	(1.096)	(1.400)
Outras	27	
Resultado de IRPJ e CSLL	2.281	3.404
Alíquota Efetiva	22,78%	23,38%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(7.731)	(11.156)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01062)	(0,01532)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	93.387	58.206	93.387	58.206
			93.387	58.206	93.387	58.206
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	11.445	4.447	11.445	4.447
Concessionárias	5	Nível 2	21.596	27.741	21.596	27.741
Cauções	9	Nível 2	64.610	53.105	64.610	53.105
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2		259		259
			97.651	85.552	97.651	85.552
			191.038	143.758	191.038	143.758

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	11.778	11.160	11.778	11.160
Debêntures	14	Nível 2	197.126	220.821	203.113	217.571
Uso do bem público	16	Nível 2	14.206	13.303	14.305	13.684
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	578.499	560.059	577.952	560.059
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2	3	248	3	248
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	2.993	4.260	3.030	4.166
			804.605	809.851	810.181	806.888

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atreladas ao risco de mercado associados ao TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	93.387	6.241			6.241	1.505	2.990	(1.526)	(3.074)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	64.610	3.712	14.969	64.327	83.008	37.698	85.966	(29.322)	(52.034)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	157.997	9.953	14.969	64.327	89.249	39.203	88.956	(30.848)	(55.108)
Operação	**Risco**									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(579.761)	(50.407)	(158.016)	(186.334)	(394.757)	(69.894)	(138.878)	70.828	142.617
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	(579.761)	(50.407)	(158.016)	(186.334)	(394.757)	(69.894)	(138.878)	70.828	142.617
Operação	**Risco**									
Debêntures	IPCA	(203.360)	(15.964)	(38.450)	(9.211)	(63.625)	(7.346)	(15.046)	7.011	13.704
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	(203.360)	(15.964)	(38.450)	(9.211)	(63.625)	(7.346)	(15.046)	7.011	13.704

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.; e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022						31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	3.088	2.288	6.402			11.778	11.160
Debêntures			40.300	162.813		203.113	217.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.650	16.945	11.049	61.766	482.542	577.952	560.059
Uso do bem público	97	290	754	6.020	7.144	14.305	13.684
Licenças ambientais	94	681	1.037	1.218		3.030	4.166
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				4		4	248
	8.929	20.204	59.542	231.821	489.686	810.182	806.888

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants)*, normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2022, o covenant de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, conforme contratos de financiamento. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$102.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende à possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	781.065	777.630
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(104.832)	(62.653)
(-) Cauções	(64.610)	(53.105)
Dívida líquida	611.623	661.872
Total do Patrimônio Líquido	559.703	567.434
Total do capital	1.171.326	1.229.306
Índice de alavancagem financeira - %	52,22%	53,84%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2022				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9	53.105	3.715	7.790		64.610
		53.105	3.715	7.790	-	64.610
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	14	217.571	(42.667)	12.387	15.822	203.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	560.059	(31.303)	3.715	45.481	577.952
		777.630	(73.970)	16.102	61.303	781.065
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		724.525	(77.685)	8.312	61.303	716.455

	2021				
			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2021
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	31.079	19.591	2.435		53.105
	31.079	19.591	2.435	-	53.105
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	214.413	(35.180)	22.219	16.119	217.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	574.073	(51.936)		37.922	560.059
	788.486	(87.116)	22.219	54.041	777.630
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	757.407	(106.707)	19.784	54.041	724.525

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível		1.828
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	1.686	435
Constituição do Uso do Bem Público no intangível		44
Total	1.686	2.307

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	252	153			405	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	6.148	11.890	10.911	39.131	68.080	65.970
Materiais e serviços	15.150	11.042	2.924	3.834	32.950	23.221
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.371	97.004	70.050	114.962	348.387	353.181
	87.921	120.089	83.885	157.927	449.822	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	243	165			408	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	53.316	77.551	82.446
Materiais e serviços	14.626	11.715	3.613	6.446	36.400	26.792
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	66.090	121.832	103.259	225.089	516.270	535.496
	85.806	143.406	116.566	284.851	630.629	644.734

26.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ações judiciais	Seguro Garantia		34.050
Outros	(i) Fiança bancária e (ii) Seguro Garantia	1.730	1.534
		1.730	35.584

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Subestações	15.868		15.868	15.868
Usina	718.822	200.000	1.006.356	200.000
Linhas de Transmissão	14.224		14.224	14.224
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida		(*)	2.581	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$25.584; e

(iii) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.327.

27 Eventos subsequentes

27.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	**Liyi Zhang** Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	**Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro** Conselheira
Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro	**Silvio Alexandre Scucuglia da Silva** Conselheiro
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho** Diretor Operacional e Técnico
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca Diretor Administrativo	**Fernando Fleischer Ferrari** Diretor Financeiro
CONTABILIDADE	
Leandro Carron Rigamontte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	**Renan Silva Sobral** Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O "S" AP